



# Caracterização dos estudantes de graduação em enfermagem durante a COVID-19: análise das dimensões étnico-raciais e socioeconômicas

*Characterization of nursing undergraduate students during the COVID-19: analysis of ethnic-racial and socioeconomic dimensions*

*Caracterización de los estudiantes de pregrado en enfermería durante la COVID-19: análisis de las dimensiones étnico-raciales y socioeconómicas*

Diego Lima de Oliveira<sup>1</sup>

Tiago Oliveira de Souza<sup>2</sup>

Thamires Monteiro de Medeiros<sup>3</sup>

1. Escola de Governo Fiocruz Brasília. Brasília, DF, Brasil.

2. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro Multidisciplinar, Instituto de Enfermagem. Macaé, RJ, Brasil.

3. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

## RESUMO

**Objetivo:** caracterizar os estudantes de enfermagem no período da pandemia de COVID-19 com base na interseccionalidade. **Método:** estudo transversal, com abordagem descritiva, que caracterizou a população durante a pandemia, compreendendo os anos de 2020 e 2021. Foi elaborado um questionário com questões socioeconômicas, laborais, culturais e de saúde. **Resultados:** a análise da implementação do curso de bacharelado em enfermagem do Instituto de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Macaé revela um perfil discente que é predominantemente jovem, feminino, negro, trabalhador e cisgênero, refletindo uma realidade social específica da região do Norte Fluminense. A expansão da universidade na região e a implementação de ações afirmativas, como a reserva de vagas para estudantes negros, têm promovido uma maior diversidade na formação em enfermagem. No entanto, o racismo estrutural e institucional ainda persiste, refletido nas desigualdades entre brancos e negros na profissão. **Conclusão e implicações para a prática:** a promoção da equidade e o desenvolvimento de ações intersectoriais para a manutenção e ampliação das políticas educacionais e sociais são fundamentais para corrigir assimetrias sociais na formação acadêmica.

**Palavras-chave:** COVID-19; Ensino Superior; Estudantes de Enfermagem; Formação Acadêmica; Interseccionalidade.

## ABSTRACT

**Objective:** to characterize nursing undergraduate students during the COVID-19 pandemic based on intersectionality. **Method:** this is a cross-sectional study with a descriptive approach that characterized the population during the pandemic, covering the years 2020 and 2021. A questionnaire was developed with questions on socioeconomic, labor, cultural, and health aspects. **Results:** the analysis of the implementation of a nursing bachelor's program at the *Universidade Federal do Rio de Janeiro - Macaé* Institute of Nursing reveals a student profile that is predominantly young, female, Black, working class, and cisgender, reflecting a specific social reality of northern Rio de Janeiro. The expansion of the *Universidade Federal do Rio de Janeiro* and the implementation of affirmative actions, such as reserving spots for black students, have promoted greater diversity in nursing education. However, structural and institutional racism still persists, reflected in inequalities between white and black professionals in the field. **Conclusion and implications for practice:** promoting equity and developing intersectoral actions for the maintenance and expansion of educational and social policies is fundamental to correcting social asymmetries in academic training.

**Keywords:** COVID-19; Universities; Students, Nursing; Teaching; Intersectional Framework.

## RESUMEN

**Objetivo:** caracterizar a los estudiantes de enfermería durante la pandemia de COVID-19 basándose en la interseccionalidad. **Método:** se trata de un estudio transversal, con un enfoque descriptivo, que caracterizó a la población durante la pandemia, abarcando los años 2020 y 2021. Se elaboró un cuestionario con preguntas socioeconómicas, laborales, culturales y de salud. **Resultados:** el análisis de la implementación del curso de bachillerato en enfermería del Instituto de Enfermería de la *Universidade Federal do Rio de Janeiro - Macaé* revela un perfil estudiantil predominantemente joven, femenino, negro, trabajador y cisgénero, reflejando una realidad social específica de la región del norte de Rio de Janeiro. La expansión de la *Universidade Federal do Rio de Janeiro* y la implementación de acciones afirmativas, como la reserva de plazas para estudiantes negros, han promovido una mayor diversidad en la formación en enfermería. Sin embargo, el racismo estructural e institucional persiste, reflejado en las desigualdades entre blancos y negros en la profesión. **Conclusión y implicaciones para la práctica:** la promoción de la equidad y el desarrollo de acciones intersectoriales para la conservación y ampliación de las políticas educativas y sociales son fundamentales para corregir las asimetrías sociales en la formación académica.

**Palabras-clave:** COVID-19; Educación Superior; Estudiantes de Enfermería; Enseñanza; Interseccionalidad.

### Autor correspondente:

Diego Lima de Oliveira.

E-mail: dloliveira@aluno.fiocruz.br

Recebido em 02/04/2024.

Aprovado em 19/09/2024.

DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2024-0029pt>

## INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) comemorou, em 2024, 104 anos de existência, e desde 2007 tem passado por mudanças estruturais, com avaliações e diretrizes para implementação do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva com gestão de Fernando Haddad no Ministério da Educação. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) apresenta como uma das diretrizes “o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária (de 18 a 24 anos) até o fim da década”.<sup>1,2</sup>

Diante disso, foi inaugurado o *campus* de interiorização por meio da criação do Programa de Reestruturação e Expansão (PRE) da UFRJ, em 2008, quando a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), o Instituto de Nutrição Josué de Castro, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Farmácia, o Instituto de Química e a Politécnica de Engenharia se motivaram para criar cursos de graduação em Macaé, através da consolidação de um novo polo da UFRJ, o Instituto Macaé de Ciência e Tecnologia (IMCT), localizado na região Norte Fluminense, a aproximadamente 180 km da sede da UFRJ, que causou importantes impactos socioeconômicos e culturais para Macaé no curto, médio e longo prazo.<sup>3</sup>

Em 2021, o *campus* UFRJ-Macaé Aloísio Teixeira foi transformado no Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé (CMUFRJ-Macaé), composto por seis institutos, sendo: (1) Instituto de Enfermagem (IEnf); (2) Instituto Politécnico; (3) Instituto de Ciências Farmacêuticas; (4) Instituto de Ciências Médicas; (5) Instituto de Alimentação e Nutrição; e (6) Instituto Multidisciplinar de Química.<sup>3</sup>

Se, mesmo antes do processo de expansão da UFRJ, já era evidente a importância do Núcleo de Pesquisas em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental (NUPEM), no que diz respeito à economia da cidade, com as transformações recentes, isso ficou ainda mais evidente. Por exemplo, em 2018, foi aprovada a transformação do NUPEM em Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade.

Em relação ao curso de bacharelado em enfermagem, são disponibilizadas anualmente 80 vagas, e desde 2014, já se formaram 227 enfermeiros, habilitados para atuar em todo o território nacional. Durante 2020, com a pandemia de COVID-19, a UFRJ paralisou suas atividades presenciais em março, retornando suas atividades não presenciais em julho, por meio do Plano do Período Letivo Excepcional (PLE).<sup>3</sup>

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios significativos para o sistema educacional, incluindo o curso de enfermagem em Macaé. A interrupção das atividades presenciais e a transição para o ensino remoto afetaram a dinâmica acadêmica e exigiram uma adaptação rápida por parte dos alunos, servidores e professores. Este período de mudança também serviu como um ponto de inflexão para uma análise mais profunda das condições e realidades enfrentadas pelos estudantes, especialmente no que tange às dimensões de raça, gênero e classe.

Conhecer essas informações é relevante, devido ao histórico de desigualdades no âmbito da formação acadêmica em ciências da saúde, que reflete os padrões da conformação social brasileira, revelada com dificuldades para grupos subalternizados no processo de colonialidade, como negros e indígenas, mulheres, pobres e pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binárias e mais).<sup>4,5</sup>

A complexidade na caracterização de como essas desigualdades se perpetuam no meio acadêmico alerta para a necessidade de ferramentas teóricas que possibilitem uma leitura sofisticada dessa realidade. Assim, ao elaborar este estudo, é realizada uma aproximação com o conceito de interseccionalidade. Este conceito é apontado pela autora Carla Akotirene como uma ferramenta ancestral, pois ele chega para mulheres negras na contemporaneidade, tendo sido elaborado ao longo da história por feministas negras intelectuais e ativistas, orientando a compreensão sobre como as diferentes opressões estruturais acometem as pessoas não de maneira isolada, mas interseccionada, produzindo tramas sociais que exigem respostas complexas das políticas públicas.<sup>6</sup>

No Brasil, por exemplo, pensadoras negras como Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Jurema Werneck, sem necessariamente nomear o conceito, foram e são, em suas obras e análises, fundamentais para a constituição e ampliação da discussão entre raça, gênero e classe, de forma articulada, no interior de movimentos sociais.<sup>7</sup>

A interseccionalidade é necessária devido às limitações das discussões de gênero que não consideraram a questão racial, como no feminismo branco liberal, e aos entraves na luta dos direitos humanos pelo fim do racismo, que não considerou o debate sobre as desigualdades de gênero e que essas desigualdades não afetam grupos distintos, mas sim se sobrepõem.<sup>8,9</sup>

Vale ressaltar que usar a ferramenta da interseccionalidade não significa produzir uma análise que reflita uma somatória de opressões, mas trata da possibilidade em “fazer ver” articulações e interações entre múltiplos eixos de poder e desigualdade, como explica Carla Akotirene: “frequentemente e por engano, pensamos que a interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades, no entanto, a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica, sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”.<sup>6,63</sup>

Essas interações são dinâmicas, contextuais e historicamente situadas, e por isso a interseccionalidade exige orientação geopolítica e impede reducionismos da política de identidade. Ela elucida as articulações das estruturas coloniais, que tornam a identidade vulnerável, investigando conjunturas de colisões e fluxos entre estrutura, frequência e tipo de discriminação.<sup>6</sup>

Essa orientação geopolítica e suas desigualdades determinam oportunidades e condições laborais; em outras palavras, estruturam a divisão capitalista do trabalho.<sup>10,11</sup> Portanto, há relevância em compreender o desenvolvimento de práticas e políticas educacionais que favoreçam a diminuição desses abismos sociais.

Embora este texto não se comprometa com a aplicação do conceito de interseccionalidade em sua totalidade, ele reconhece a necessidade urgente de formular e implementar políticas institucionais

que promovam inclusão e equidade. A UFRJ já possui estruturas dedicadas a essas questões, como a Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), além da política de ações afirmativas, que está em vigor desde 2012. Essas iniciativas são passos importantes na construção de um ambiente acadêmico mais equitativo, mas ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que as desigualdades históricas e estruturais sejam devidamente abordadas e mitigadas.

Diante disso, este artigo tem como objetivo caracterizar os estudantes de enfermagem no período da pandemia de COVID-19 com base na interseccionalidade.

## MÉTODO

Trata-se de estudo transversal, com abordagem descritiva, que caracterizou a população de estudantes do curso de bacharelado em enfermagem do IEnf/CM UFRJ-Macaé durante a pandemia de COVID-19, compreendendo os anos de 2020 e 2021. Os critérios de inclusão amostral foram acadêmicos regularmente matriculados entre o 1º e o 10º semestre letivo, sendo elegíveis para o estudo aqueles que estavam com a matrícula ativa durante a pandemia. O critério de exclusão foi a irregularidade na matrícula ativa durante o período de coleta de dados, que corresponde ao período de quarentena e atividades *online* e remotas.

O IEnf possuía cerca de 280 discentes com matrícula ativa entre 2020 e 2021, sendo essa a população de estudo. Os dados que compuseram a análise foram extraídos de 108 questionários, respondidos e colhidos com a coordenação do curso vigente na época.

O desenho amostral foi composto pela totalidade de discentes com matrícula ativa no período do estudo/coleta. Para análise da unidade amostral, foi considerado o quantitativo de alunos que responderam 100% do questionário.

A coleta dos dados aconteceu via endereço eletrônico, registrado no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA UFRJ), e por grupos do *WhatsApp*®, aplicativo de comunicação, entre os discentes, por meio de um questionário eletrônico autoaplicável, que também foi enviado pela coordenação do curso para todos os estudantes com matrícula ativa. Para a obtenção das informações, foi elaborado questionário semiestruturado específico sobre aspectos socioeconômicos e demográficos, com 28 questões, preenchido pelos próprios estudantes.

Analísaram-se as frequências absoluta (número) e relativa (proporção) das variáveis que compuseram as categorias, sendo elas: gênero; idade/faixa etária; orientação afetivo-sexual; naturalidade; autodeclaração étnico-racial; religião; ano de ingresso na UFRJ; se utilizou ações afirmativas ao ingressar; renda; renda familiar; estado civil; tipo de ensino médio; escolaridade familiar; impactos da pandemia; e se possui plano de saúde. Após a construção do banco de dados, foram realizadas a tabulação dos dados e a elaboração de tabelas e gráficos, com uso do programa *Microsoft Excel*® para ilustração dos achados do estudo.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ-Campus Macaé (Certificado de Apresentação

para Apreciação Ética (CAAE) nº 31760020.5.0000.5699). A coleta dos dados somente foi realizada após a completa compreensão por parte dos participantes da pesquisa; no caso, os estudantes, acerca dos procedimentos e objetivos do estudo, juntamente com a obtenção da autorização através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## RESULTADOS

Com base nos dados coletados, observou-se que aproximadamente 55% dos estudantes de enfermagem se autodeclararam negros, sendo 19,4% (n=21) da cor/raça preta e 35,2% (n=38) da cor/raça parda. Os estudantes brancos representaram 43,5% (n=47) da amostra, enquanto que apenas 0,9% (n=1) se identificaram como indígenas ou preferiram não revelar sua etnia.

A religião de maior concentração de estudantes se situou entre protestantes e católicos, com 45,4% somados. Eles apresentaram um perfil majoritário de estudantes que declararam exercer sua fé durante a pandemia. A maioria se identificou como mulher cisgênero (n=92), representando 85,2%, enquanto que 13% eram homens cisgênero.

Ao questionar essa orientação afetivo-sexual dos discentes do curso estudado, é possível observar que 73,1% (n=79) se consideram heterossexuais e 24,1% são da comunidade LGBTQIAPN+, sendo a maior concentração de bissexuais, com 18,5% (n=20). Trata-se, também, de uma população de solteiros na fase da juventude de 20 a 24 anos (68,5%) (Tabela 1).

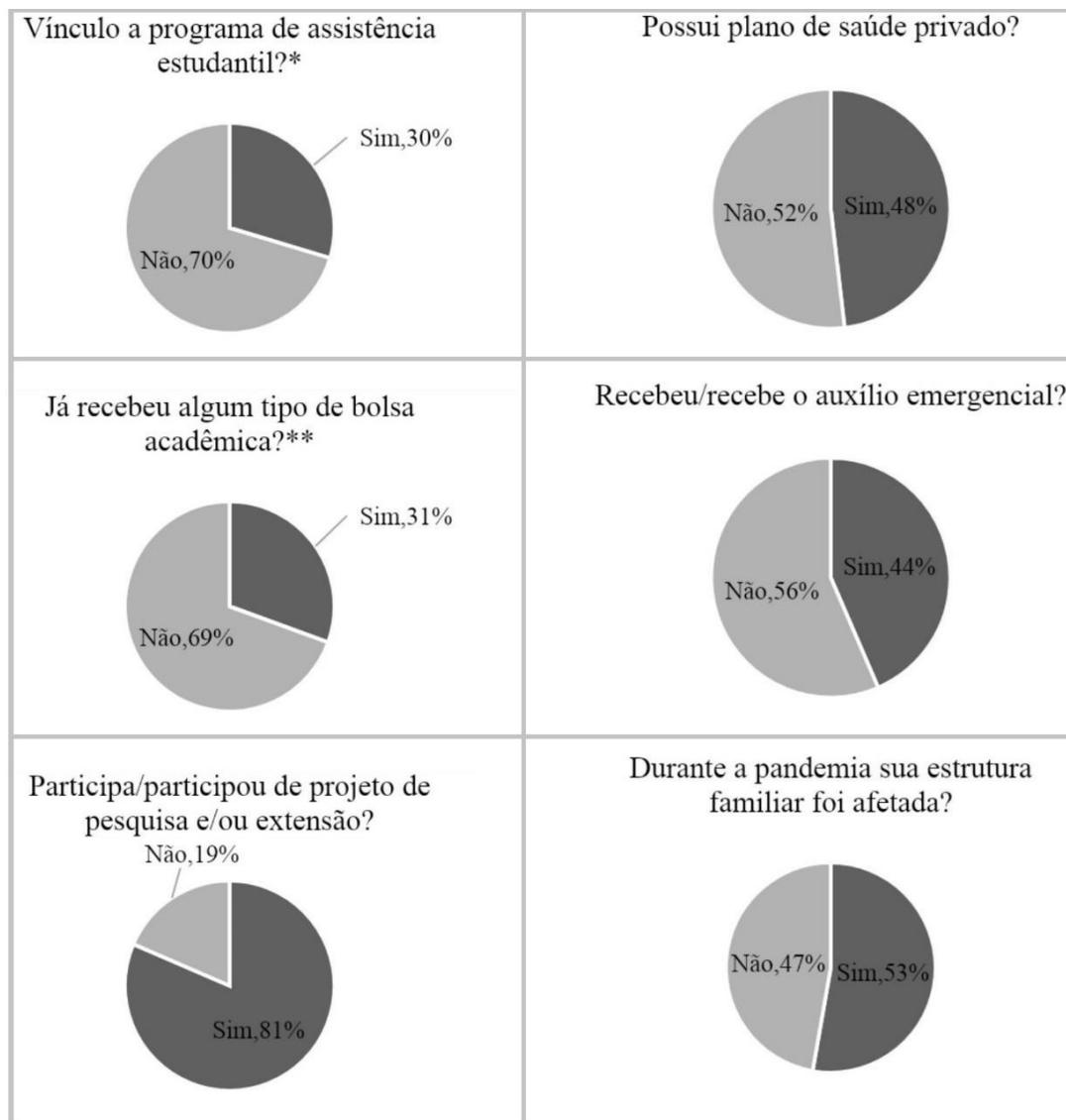
A Figura 1 mostra que a maioria dos graduandos (70,4%) não foi beneficiada por programas de assistência estudantil no período da pesquisa. Quando questionados sobre ter recebido algum tipo de bolsa acadêmica, apenas 30,5% tiveram esse benefício. Por outro lado, mais de 80% dos estudantes fez parte de projetos de pesquisa e/ou extensão, ainda que como voluntários.

Ao questionar se eram integrantes bolsistas de incentivo à produção de conhecimento científico, 69% responderam que não receberam, enquanto que 31% discentes receberam bolsa de R\$ 400,00 por meio de projetos de iniciação científica, extensão, monitoria e pelo Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde). Quando questionados em relação ao vínculo em políticas de assistência estudantil da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR7), 70% não receberam nenhum tipo de auxílio estudantil, enquanto que 30% dos discentes foram beneficiários.

Dos 108 entrevistados, 51,9% não possuíam plano de saúde. Quando questionados sobre os impactos da pandemia, 52,8% alegaram que sua estrutura familiar foi afetada pelas consequências diretas e indiretas da COVID-19. Do total de estudantes, 43,5% receberam o auxílio emergencial do governo federal (Figura 1).

Os ingressantes no curso somaram 18,5% da amostra em 2017 (n=20), enquanto que 25% relataram ter ingressado durante a pandemia de COVID-19 em 2020 e 2021. A pesquisa teve a participação de estudantes dos dez períodos que compõem o curso de graduação.

O acesso à universidade é contraponto quando pensamos na permanência universitária. De acordo com dados emitidos pela Divisão Pedagógica da PR7 e coletados pelo núcleo da



**Figura 1.** Programas de assistência estudantil e impactos da pandemia em estudantes de graduação em enfermagem (n=108). Macaé, RJ, Brasil, 2022

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Nota: \*Inclui apoio pedagógico, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio moradia, etc.; \*\*Inclui bolsa de extensão, bolsa de monitoria, Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde), bolsa de iniciação científica, etc.

PR7 de Macaé, durante a pandemia, compreendido entre os anos de 2020 e 2021, o CM UFRJ Macaé teve um total de 523 estudantes assistidos com bolsas da PR7. Desse total de estudantes bolsistas, 96 eram do curso de enfermagem. Logo, o IEnf detinha cerca de 18,35% do total de bolsas da PR7-Macaé.

Importante pontuar que a PR7 é a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ, dedicada a cuidar e apoiar os estudantes da universidade. Ela trabalha para garantir que todos os alunos tenham acesso a recursos essenciais, como auxílio financeiro, moradia, alimentação e saúde, além de oferecer suporte psicológico. Além disso, seu objetivo é ajudar os estudantes a superar desafios e a se concentrar em seus estudos, proporcionando um ambiente

universitário mais inclusivo e acolhedor. Dessa forma, sua principal contribuição é para que todos possam aproveitar ao máximo sua experiência acadêmica e alcançar sucesso em suas jornadas.

Mais da metade dos estudantes (53,7%) não ingressou no ensino superior através de políticas afirmativas. Acerca da modalidade de ensino médio, quase 77% vieram do ensino médio regular, sendo cerca de 52% de escola pública (Tabela 2).

O perfil de ingresso dos discentes de enfermagem do CM UFRJ-Macaé é predominante de ampla concorrência (53,7%), enquanto que o segundo perfil de ingresso é através da modalidade de autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário

**Tabela 1.** Caracterização do perfil dos estudantes de graduação em enfermagem (n=108). Macaé, RJ, Brasil, 2022

Variáveis/características					
Gênero	N	%	Estado civil	N	%
Homem cis	14	13,0	Casado(a)	8	7,4
Homem trans	0	-	Outro	4	3,7
Mulher cis	92	85,2	Separado(a)*	2	1,9
Mulher trans	0	-	Solteiro(a)	94	87,0
Não-binário	0	-			
Prefiro não declarar	2	1,9			
Orientação afetivo-sexual	N	%	Faixa etária	N	%
Assexual	1	0,9	15 a 19 anos	10	9,3
Bissexual	20	18,5	20 a 24 anos	74	68,5
Demissexual	1	0,9	25 a 29 anos	18	16,7
Heterossexual	79	73,1	30 a 34 anos	2	1,9
Homossexual	6	5,6	35 a 39 anos	4	3,7
Prefiro não declarar	1	0,9			
Raça/cor	N	%	Religião	N	%
Branca	47	43,5	Acredito em Deus, mas não sigo nenhuma religião	28	25,9
Indígena	1	0,9	Agnóstico	5	4,6
Parda	38	35,2	Ateísta	1	0,9
Preta	21	19,4	Candomblecista	1	0,9
Prefiro não declarar	1	0,9	Católico	20	18,5
			Espírita kardecista	5	4,6
			Outras	10	9,3
			Protestante	29	26,9
			Umbandista	3	2,8
			Prefiro não declarar	6	5,6

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

Nota: \*Inclui separado(a) judicialmente e/ou divorciado(a).

mínimo e que (ou) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (46,4%).

Quanto às características de renda e situação econômica dos estudantes e pais, os resultados apontam que a maior parte deles (46,3%) não possuía renda e seus gastos eram cobertos por familiares. Além disso, eles declararam não estarem trabalhando (68,5%), ainda que 18,5% realizassem trabalhos eventuais. A renda total familiar esteve entre 1 e 4,5 salários mínimos para 65,7% dos entrevistados. A escolaridade materna apontou que 37% das mães tinham ensino médio completo (n=40), enquanto que o número de estudantes com mãe com graduação foi de 23,1% (n=25). Em comparação, a escolaridade paterna foi de 35,2% para o ensino médio, e 25,9% tinham pai com graduação (Tabela 3).

Quando questionados sobre a residência, 68 (63%) responderam que moravam atualmente em casa ou apartamento

com a família, e 32 (29,6%) residiam com até três familiares durante a graduação. Quanto à naturalidade dos entrevistados, a maior concentração foi de estudantes da região Sudeste (93,5%; n=101), sendo 95 estudantes do estado do Rio de Janeiro e predominantemente da região Norte Fluminense, onde está localizada a instituição pesquisada (Tabela 4).

## DISCUSSÃO

O curso de enfermagem da UFRJ-Macaé, como parte de uma instituição que busca promover a diversidade, enfrenta desafios e oportunidades no que se refere à composição racial dos seus discentes. Os dados destacam a importância de analisar como as políticas de inclusão e cotas têm influenciado a diversidade étnico-racial do curso. A integração das categorias “preto” e “pardo”

**Tabela 2.** Situação e informações acerca do ingresso na universidade pelos estudantes de graduação em enfermagem (n=108). Macaé, RJ, Brasil, 2022

Variáveis/questões					
Modalidade de ensino médio	N	%	Ano	N	%
Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou supletivo	2	1,9	2014	5	4,6
Ensino médio tradicional	83	76,9	2015	6	5,6
Outra modalidade	3	2,8	2016	13	12,0
Profissionalizante magistério	3	2,8	2017	20	18,5
Profissionalizante técnico	17	15,7	2018	15	13,9
			2019	17	15,7
			2020	18	16,7
			2021	9	8,3
			2022	5	4,6
Tipo de escola (ensino médio)	N	%	Período	N	%
A maior parte em escola particular	1	0,9	Décimo	4	28,6
A maior parte em escola pública	5	4,6	Nono	8	57,1
Parte no Brasil e parte no exterior	2	1,9	Oitavo	17	121,4
Todo em escola particular	44	40,7	Sétimo	17	121,4
Todo em escola pública	56	51,9	Sexto	10	71,4
			Quinto	12	85,7
			Quarto	13	92,9
			Terceiro	6	42,9
			Segundo	7	50,0
			Primeiro	14	100,0
Ingresso no curso foi por meio de políticas de ações afirmativas?	N	%			
Não	58	53,7			
Sim, por critério de renda	3	2,8			
Sim, por critério étnico-racial	2	1,9			
Sim, por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores	29	26,9			
Sim, por ter estudado em escola pública	16	14,8			

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

no contexto brasileiro reflete a complexidade e diversidade da identidade do povo negro. Historicamente, essas categorias têm sido usadas para descrever diferentes nuances de cor e origem étnica dentro da população negra, moldando a forma como o povo negro é percebido e como se vê. Compreender as interações entre essas categorias pode oferecer *insights* valiosos sobre como a identidade negra é formada e vivenciada no Brasil.

Apesar da inclusão de cotas para pretos e pardos, a representação de estudantes indígenas no curso é extremamente baixa. Essa baixa representatividade pode refletir barreiras específicas enfrentadas por esse grupo, como a necessidade de permanecer em suas comunidades aldeadas. É crucial considerar se a legislação atual sobre cotas atende adequadamente às necessidades dos

estudantes indígenas e discutir possíveis ajustes para melhorar a inclusão desse grupo. Revisar e adaptar as políticas de cotas para garantir uma representação mais equitativa e eficaz para os indígenas pode ajudar a enfrentar as desigualdades existentes e promover uma diversidade mais completa no ambiente acadêmico.

Os dados obtidos oferecem uma visão abrangente sobre a composição étnico-racial dos estudantes de enfermagem, revelando tanto os sucessos quanto as áreas que ainda necessitam de atenção. A análise mostra a importância de uma abordagem mais detalhada sobre a integração das categorias raciais e o impacto das políticas de cotas.

Contudo, é fundamental revisar a legislação atual para garantir que todos os grupos, incluindo os indígenas, sejam

**Tabela 3.** Características que indicam escolaridade da família, situação financeira, renda total da família e situação de trabalho/emprego dos estudantes de graduação em enfermagem (n=108). Macaé, RJ, Brasil, 2022

Variáveis				
Escolaridade	Materna		Paterna	
	N	%	N	%
Ensino fundamental*	18	16,7	32	29,6
Ensino médio	40	37,0	38	35,2
Ensino superior - graduação	25	23,1	28	25,9
Pós-graduação	22	20,4	5	4,6
Nenhuma	3	2,8	5	4,6
Situação financeira			N	%
Não tenho renda e meus gastos são financiados pela minha família ou por outras pessoas			50	46,3
Não tenho renda e meus gastos são financiados por programas governamentais			22	20,4
Sou o principal responsável pelo sustento da família			3	2,8
Tenho renda e contribuo com o sustento da família			7	6,5
Tenho renda e não preciso de ajuda para financiar meus gastos			4	3,7
Tenho renda, mas recebo ajuda da família ou de outras pessoas para financiar meus gastos			22	20,4
Renda total da família			N	%
Até 1,5 salários mínimos			27	25,0
De 1,5 a 3 salários mínimos			29	26,9
De 3 a 4,5 salários mínimos			15	13,9
De 4,5 a 6 salários mínimos			17	15,7
De 6 a 10 salários mínimos			16	14,8
De 10 a 30 salários mínimos			4	3,7
Situação de trabalho/emprego			N	%
Não estou trabalhando			74	68,5
Trabalho 40 horas semanais ou mais			4	3,7
Trabalho até 20 horas semanais			8	7,4
Trabalho de 21 a 39 horas semanais			2	1,9
Trabalho eventualmente			20	18,5

**Fonte:** dados da pesquisa. Elaboração própria.

**Nota:** \*As etapas do ensino fundamental no Brasil são separadas em: anos iniciais (Ensino Fundamental I), que compreendem as turmas do 1º ao 5º ano; e anos finais (Ensino Fundamental II), que incluem os alunos do 6º ao 9º ano

adequadamente representados e apoiados. A continuidade na formulação e implementação de políticas inclusivas e adaptativas será crucial para alcançar uma maior equidade e diversidade no curso e, por conseguinte, na universidade como um todo.

Em 1937, a EEAN foi incorporada à Universidade do Brasil, atual UFRJ, e desde a década de 1920, ela é responsável pela formação acadêmica universitária padrão de enfermeiros, e estava associada ao processo de branqueamento da profissionalização e formalização de um distanciamento racial e social de populações pobres, negras e indígenas, consideradas, pelo discurso racista vigente, “inferiores” dos quadros dirigentes da enfermagem na Primeira República.<sup>10</sup>

O Relatório Anual do Serviço de Enfermagem, em 1926, deixou evidente a questão da discriminação racial na seleção de candidatas da EEAN, e somente na década de 1930, o Estado promoveu uma abertura para profissionalização de negros para o desenvolvimento econômico do país.<sup>10</sup> Entretanto, só a partir da década de 2000, as universidades adotaram ações afirmativas para ingresso em cursos de graduação. Finalmente, em 2011, de forma tardia, a UFRJ incorporou as ações afirmativas com reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, e em 2012, através da Lei de Cotas, aconteceu a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas. As reservas de vagas são

**Tabela 4.** Características de moradia/residência, origem geográfica (naturalidade) dos estudantes de graduação em enfermagem (n=108). Macaé, RJ, Brasil, 2022

Variáveis						
Situação de moradia atual	N		Regiões do estado do Rio de Janeiro		N	
		%				%
Alojamento universitário da própria instituição	3	2,8	Noroeste Fluminense	3	2,8	
Casa ou apartamento, com cônjuge e/ou filhos	14	13,0	Norte Fluminense	51	47,2	
Casa ou apartamento, com outras pessoas	13	12,0	Baixada Litorânea	28	25,9	
Casa ou apartamento, com pais e/ou parentes	68	63,0	Serrana	0	0,0	
Casa ou apartamento, sozinho	10	9,3	Centro-Sul	0	0,0	
			Metropolitana I	12	11,1	
			Metropolitana II	1	0,9	
			Médio Paraíba	0	0,0	
			Baía da Ilha Grande	0	0,0	
Quantidade de pessoas da família que moram com o estudante atualmente	N		Região do país		N	
		%				%
Uma	16	14,8	Sul	0	0,0	
Duas	26	24,1	Sudeste	101	93,5	
Três	32	29,6	* Espírito Santo	1	-	
Quatro	9	8,3	* Minas Gerais	4	-	
Cinco	3	2,8	* Rio de Janeiro	95	-	
Nenhuma	22	20,4	* São Paulo	1	-	
			Centro-Oeste	1	0,9	
			Norte	0	0,0	
			Nordeste	5	4,6	
			Não informado	1	0,9	

Fonte: dados da pesquisa. Elaboração própria.

realizadas através do Sistema Integrado de Seleção Unificada (SISU), com base no resultado obtido na prova do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).<sup>3</sup>

É notório que o IEnf/CM UFRJ-Macaé, financiado pelo REUNI, consegue promover uma reconfiguração regional no Norte Fluminense, considerando que tal política de expansão da universidade pública envolve a dimensão de fortalecer o desenvolvimento regional.<sup>11</sup> Assim, é possível observar que o corpo discente estudado em sua maioria possui naturalidade na região Sudeste brasileira, e ao fazer o recorte para o estado do Rio de Janeiro, é expressivo o número de estudantes das cidades do Norte Fluminense e Baixada Litorânea. Entretanto, o curso de graduação em bacharelado em enfermagem também atrai estudantes da região do Nordeste brasileiro.

A tendência de ingresso, justificada pelo Relatório de Área do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2019, que já apresenta evidências em relação à modalidade de ingresso no curso (41,2%), não entrou por meio de políticas de ações afirmativas. Enquanto isso, 29,4% entraram por ter

estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos; 17,6% entraram por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores; 5,9% entraram por critério étnico-racial; e 5,9% entraram por critério de renda.<sup>12</sup>

Essa tendência de ingresso aponta sucessos e desafios na implantação da política de ação afirmativa. Com um crescimento da parcela de discentes negros e uma parcela quase inexistente de discentes amarelos e indígenas, estabelece-se a necessidade de se pensar em novas legislações para as ações afirmativas e ir além do acesso à universidade, mas assegurar a permanência, criando condições necessárias através de suas particularidades.<sup>13,14</sup>

Como exemplo, esse perfil enegrecido corrobora os dados nacionais de que subiu de 34,2%, em 2003, para 51,2%, em 2018, o percentual de estudantes negros em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).<sup>15</sup>

A enfermagem no Brasil é profundamente marcada pelo racismo estrutural, que se manifesta nas desigualdades sistemáticas e persistentes entre diferentes grupos raciais dentro da profissão. Essa estrutura desigual é evidenciada pelo fato de que 57,9%

dos enfermeiros no país se autodeclararam brancos, o que ressalta a disparidade racial e suas implicações socioeconômicas. Adicionalmente, a enfermagem brasileira também sofre a influência do racismo institucionalizado dos Estados Unidos, cujas práticas históricas e normas contribuíram para moldar as condições da profissão globalmente. Esse racismo estrutural e institucionalizado conjuntamente perpetua desigualdades, criando barreiras significativas para enfermeiros negros e indígenas, que enfrentam maiores desafios para acessar oportunidades de formação e avanço profissional, reforçando uma divisão desigual e excludente dentro da profissão.<sup>16-18</sup>

Através da divisão histórica do trabalho da enfermagem, ela reproduz novas hierarquias de autoridade, de prestígio e remuneração, na medida em que enfermeiros brancos – maior quantitativo da categoria – se aloca em maioria no nível superior, enquanto que a maioria dos técnicos de enfermagem é negra (57,4%, na soma de pretos e pardos. Dados do COFEN/FIOCRUZ).<sup>18,19</sup> Estes dados corroboram para a leitura da intersecção da subalternização de gênero, raça e classe, devido à desvalorização histórica da formação e conhecimento de nível técnico no Brasil.

A baixa valorização da profissão se expressa como uma reatualização do sexismo, que dita a desvalorização do trabalho de cuidado, que é historicamente feminilizado, e no caso do nível técnico, feminilizado e negro, e ainda pretensamente subordinado à representatividade masculina e médica.

No que se refere ao estado civil, houve uma predominância de ingressantes que se declararam solteiros. Tal fato reforça que, ao considerar a modalidade do curso presencial e de turno integral, o ingresso de estudantes solteiros e jovens determina sua dedicação à demasiada carga horária do curso.<sup>20</sup> O curso de graduação estudado é o segundo mais longo do estado do RJ, com um total de 5.475 horas, estando em primeiro lugar o curso de enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com 5.850 horas, e em terceiro lugar o curso de enfermagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), com 5.440 horas.

Em relação aos contextos de colisões que as identidades LGBTQIAPN+ são expostas diariamente, a literatura<sup>21-24</sup> identifica que essa população apresentou índices preocupantes de saúde mental durante a pandemia de COVID-19. Além disso, possuiu maiores riscos de sofrer violência, perder renda, diminuir sua conexão com a comunidade, perder esperanças no futuro, desenvolver depressão e até cometer suicídio, sentimentos comuns entre a população, a partir do momento que compartilhavam entre si inseguranças relacionadas à mudança na rotina, distanciamento físico e social, prevenção do vírus, perda de renda, fechamento do comércio, e medo da morte.

O sofrimento a qual foi submetida a comunidade LGBTQIAPN+ durante a pandemia se dá a partir dos processos de marginalização anteriores a esse momento histórico, localizando-os em uma trama de vulnerabilização que, somada às múltiplas intersecções de identidade, como raça, classe e gênero, configura essa desvantagem no enfrentamento de uma crise sanitária e econômica global. Então, caracterizar o perfil discente e identificar suas características étnico-raciais e sociodemográficas, e como elas se articulam com as

características de orientação afetivo-sexual e identidade de gênero, que os aloca em tramas de maior ou menor vulnerabilidade, é um dos desafios postos à comunidade acadêmica.

A espiritualidade e a religiosidade podem exercer papel acolhedor e humanizado em situações de medo e morte, sendo a fé necessária para orientar valores de esperança.<sup>25</sup>

Os estudos disponíveis na literatura<sup>16-18,20</sup> sobre o perfil discente e perfil nacional de enfermeiros não abordam questões acerca da sua orientação afetivo-sexual e religião, o que corporifica para a necessidade de mais incentivos para que as pesquisas busquem identificar esses perfis e as tramas envolvidas no processo de vulnerabilização na universidade e na profissão. Também não são mencionados em relação aos modelos de serviços de saúde acessados pelo perfil, sendo escassas as discussões sobre as tendências de uso de plano de saúde em detrimento aos serviços assistenciais prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O perfil discente estudado apresenta uma relação com o SUS, o que se alinha com os dados de Macaé. A crise do petróleo enfrentada na última década resultou em mais da metade da população dependendo da rede pública, seja pela demanda e oferta dos serviços de atenção primária ou mesmo pela regulação e fiscalização de bens de consumo ou por serviços de saúde indiretos.<sup>26</sup>

Nesta pesquisa, e de acordo com os estudos disponíveis,<sup>16,20,26</sup> é possível identificar um perfil jovem e economicamente ativo (de trabalhadores ou oriundos de família de trabalhadores, sustentados pela renda familiar). Contudo, ressalta-se que as condições de desvantagem material e simbólica impostas a discentes negros têm potencial de interferir na trajetória acadêmica e profissional no futuro. Ao analisar a literatura,<sup>16-18</sup> nota-se que enfermeiros brancos possuem uma renda melhor, enquanto que esses mesmos profissionais autodeclarados negros precisam trabalhar mais e com salários menores, quando observados os serviços de saúde em instituições privadas.

Tal fato apresenta complexidades diante da formação acadêmica profissional desse perfil discente, apontando que essa juventude universitária enfrenta diversos desafios quando chega à IFES, pois, na sua criação, não foi pensada para ela, e isso reflete atualmente em incertezas não apenas ao acesso, mas à permanência, diante de uma série de necessidades, sobretudo relacionadas ao capital econômico, além de afiliação aos grupos de pesquisa, ensino e extensão.<sup>27</sup>

A democratização do acesso não possibilitou, necessariamente, a democratização do conhecimento, pois, os critérios de seleção nesses grupos podem reproduzir padrões excludentes, sendo necessário promover novas possibilidades de inserção da juventude trabalhadora e universitária nos diversos espaços de produção do conhecimento.<sup>28</sup>

Diante disso, a democratização do acesso em Macaé ocorre através da expansão da universidade, que conta com quatro institutos de saúde da UFRJ, mas que não possuem serviço de atendimento ambulatorial nas suas instalações para sociedade e corpo acadêmico. Também não possuem um hospital federal para o desenvolvimento de qualidade na formação acadêmica e profissional, sendo o curso de bacharelado em enfermagem

dependente da rede de atenção à saúde pública e privada de Macaé e da sua região de saúde para formar novos enfermeiros.

Considerando as limitações observadas na expansão universitária em Macaé e a necessidade de ampliação das oportunidades para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para Estudantes de Graduação - Ações Afirmativas (PIBIC-AF) da UFRJ surge como uma ferramenta crucial para enfrentar esses desafios. O PIBIC-AF representa uma tentativa significativa de democratizar o acesso à pesquisa científica, particularmente àqueles que ingressaram na universidade por meio de políticas de ações afirmativas.

No contexto de Macaé, onde a infraestrutura ainda não é plenamente adequada para atender a todas as necessidades acadêmicas e práticas dos alunos, o PIBIC-AF proporciona uma valiosa oportunidade para que esses estudantes se engajem em projetos de pesquisa, mesmo em um ambiente com limitações estruturais. Ao oferecer suporte financeiro e acadêmico para a iniciação científica, o PIBIC-AF não apenas amplia o acesso à produção de conhecimento, mas também contribui para a formação de um perfil profissional mais robusto e preparado para enfrentar as demandas do mercado de trabalho e as especificidades da área da saúde.

Assim, o PIBIC-AF representa um avanço importante para garantir que a democratização do acesso à universidade se traduza em efetivas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e científico, mitigando desigualdades e promovendo a inclusão de todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Por fim, é importante pensar as políticas públicas de acesso, permanência e de seleção em projetos e suas ações afirmativas nas IFES, compondo a interseccionalidade para compreensão social a partir das múltiplas opressões que atravessam a existência singular e coletiva de cada discente, em todos os contextos, uma vez que mulheres-negras-jovens-lésbicas-pobres-trabalhadoras ou jovens-gays-negros-pobres-trabalhadores almejam acesso a serviços públicos de qualidade, sem privilégios de classe, escolarização, raça/etnia, orientação afetivo-sexual, nacionalidade e filiação religiosa, superando uma lógica racista na formação acadêmica e nas relações de trabalho dentro e fora da equipe de enfermagem.<sup>10,29</sup>

## **CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES PARA PRÁTICA**

A análise da implementação do curso de bacharelado em enfermagem do IEnf/CM UFRJ-Macaé revela um perfil discente que é predominantemente jovem, feminino, negro, trabalhador e cisgênero, refletindo uma realidade social específica da região do Norte Fluminense. Este perfil destaca a necessidade urgente de uma abordagem interseccional na educação em enfermagem, ainda pouco explorada no contexto atual. A falta de estratégias interseccionais adequadas para a permanência e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes indica uma lacuna significativa na compreensão das múltiplas formas de opressão que afetam o corpo discente.

A precarização do ensino público no interior e o impacto da pandemia acentuaram desigualdades estruturais, especialmente em áreas como a saúde mental, o que pode perpetuar privilégios

históricos e sociais. A necessidade de uma abordagem interseccional mais robusta se torna evidente, não apenas para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes, mas também para promover um ambiente acadêmico mais justo e inclusivo.

No entanto, há uma carência de estudos e ações concretas por parte das instituições envolvidas. A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), por exemplo, ainda não possui pesquisas focadas na interseccionalidade dentro da enfermagem e na sua relação na formação de enfermeiros. A Articulação Nacional da Enfermagem Negra (ANEn), embora esteja em processo de organização, pode sinalizar potenciais horizontes de análise e ação. A conjuntura atual destaca a necessidade de maior visibilidade e reconhecimento das redes e movimentos que a população negra está formando para promover políticas mais equitativas. Da mesma forma, é crucial a responsabilização de profissionais brancos na enfermagem, comprometidos com o combate ao racismo e às opressões que se interseccionam a ele.

Além disso, é fundamental reconhecer o papel histórico do Movimento Negro Unificado (MNU) na luta pela implementação das cotas, assim como considerar as contribuições de autoras negras que discutem as implicações da interseccionalidade nas políticas de inclusão. Essas vozes são cruciais para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de opressão e para a formulação de estratégias efetivas de inclusão e reparação.

Para avançar na construção de uma universidade e um curso mais equânime e justo, é necessário realizar estudos que abordem a interseccionalidade de forma mais abrangente. Recomenda-se: (1) A elaboração de currículos e políticas curriculares antirracistas, antissexistas, anticlassistas e anti-LGBTQIAPN+ fóbicas adequadas à realidade de jovens trabalhadores universitários; (2) O perfil de discentes beneficiários de programas de apoio financeiro; (3) O perfil da evasão universitária; (4) O perfil de graduados em enfermagem; (5) A região e centralidade do trabalho dos egressos.

Fortalecer a integração e a interiorização da ABEn, da ANEn, de movimentos como o MNU, juntamente com os NEABI, e de movimentos estudantis é essencial. A promoção da equidade e o desenvolvimento de ações intersetoriais para a manutenção e ampliação das políticas educacionais e sociais são fundamentais para corrigir assimetrias sociais na formação acadêmica.

Por fim, as limitações do estudo, como a dificuldade na coleta de dados remotos e o tamanho amostral reduzido, destacam a necessidade de novas pesquisas que utilizem abordagens quantitativas e qualitativas para explorar a caracterização discente e suas relações com a permanência e formação em saúde à luz da interseccionalidade. Essas investigações futuras podem fornecer subsídios valiosos para a promoção de um ensino mais inclusivo e reparador.

## **CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES**

Desenho do estudo. Diego Lima de Oliveira. Tiago Oliveira de Souza.

Aquisição de dados. Diego Lima de Oliveira. Tiago Oliveira de Souza. Thamires Monteiro de Medeiros.

Análise de dados e interpretação dos resultados. Diego Lima de Oliveira. Tiago Oliveira de Souza. Thamires Monteiro de Medeiros. Redação e revisão crítica do manuscrito. Diego Lima de Oliveira. Tiago Oliveira de Souza. Thamires Monteiro de Medeiros. Aprovação da versão final do artigo. Diego Lima de Oliveira. Tiago Oliveira de Souza. Thamires Monteiro de Medeiros. Responsabilidade por todos os aspectos do conteúdo e a integridade do artigo publicado. Diego Lima de Oliveira. Tiago Oliveira de Souza. Thamires Monteiro de Medeiros.

## EDITOR ASSOCIADO

Sabrina da Costa Machado Duarte 

## EDITOR CIENTÍFICO

Marcelle Miranda da Silva 

## REFERÊNCIAS

- Antunes VV. Expansão e democratização universitária: a implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Rev Habitus*. 2016;14(1):91-9.
- Rocha CMO. REUNI e a precarização do trabalho docente. *Rev Adm Educ*. 2018;9(1). <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2018.237529>.
- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Página oficial [Internet]. Rio de Janeiro: UFRJ; 2022 [citado 2022 set 10]. Disponível em: <https://ufrj.br/>
- Farranha AC, Silva LS. Interseccionalidade e políticas públicas: avaliação e abordagens no campo do estudo do direito e da análise de políticas públicas. *Rev Aval*. 2021;5(19):44-67.
- Ferreira SC, Jesus LC, Pinto AJCC. A produção do saber-cuidar em enfermagem a partir das interseccionalidades étnico-raciais, de classe e de gênero no Brasil. *Cenas Educ* [Internet]. 2021 [citado 2022 set 10];4:e11858. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/11858>
- Akotirene C. Interseccionalidade. Tradução de Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen; 2019.
- Rodrigues C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero; 2013; Florianópolis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2013. p. 1-12.
- Crenshaw K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero [Internet]. 2022 [citado 2022 set 10]. p. 1-10. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod\\_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero\\_KimberleCrenshaw.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf)
- Avis J. A note on class, dispositions and radical politics. *J Crit Educ Policy Stud*. 2018;16(3):166-84.
- Ferreira MCL, Sena ARMF, Barreira IA. Minorias discriminadas e trabalho qualificado: o acesso de mulheres negras à enfermagem profissional nos anos 30. *Esc Anna Nery Rev Enferm*. 1999;3(1):43-57.
- Salles RS, Faernstein E, Poz MRD, Santos PSMB. REUNI e seus impactos nas instituições federais de educação superior (IFES): uma análise da admissão de docentes de 2007 a 2017. *Rev Bras Polit Adm Educ*. 2020;36(1):310-35. <http://doi.org/10.21573/vol36n12020.101107>.
- Ministério da Educação (BR). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório de curso: Enfermagem: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Macaé - 121848 [Internet]. Brasília: INEP; 2019 [citado 2022 set 10]. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/>
- Magalhães RP, Menezes SC. Ação afirmativa na UFRJ: a implantação de uma política e os dilemas da permanência. *O Soc Questão* [Internet]. 2014 [citado 2022 set 10];17(32):59-74. Disponível em: [http://osociedadequestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_32\\_3\\_Magalhaes\\_Menezes\\_WEB.pdf](http://osociedadequestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_3_Magalhaes_Menezes_WEB.pdf)
- Oliveira AJB, Honorato GS. organizadores. Desafios para o ensino superior brasileiro no contexto contemporâneo. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação/UFRJ; 2020.
- Braz MMA. Affirmative policies in Brazil: a ten-years route analysis of law 12.711/2012 (Quotas' law). *SciELO Preprints*. 2022:1-21. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4369>.
- Marinho GL, Paz EPA, Jomar RT, Abreu ÁMM. Brazilian nurses' sociodemographic changes in the first decade of the 21st century. *Esc Anna Nery*. 2019;23(1):e20180198. <http://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2018-0198>.
- Oliveira APC, Ventura CAA, Silva FV, Angotti No H, Mendes IAC, Souza KV et al. State of nursing in Brazil. *Rev Lat Am Enfermagem*. 2020;28:e3404. <http://doi.org/10.1590/1518-8345.0000.3404>. PMID:33331493.
- Machado MH. Perfil da enfermagem no Brasil: relatório final [Internet]. Rio de Janeiro: NERHUS - DAPS - ENSP/Fiocruz; 2017 [citado 2022 set 5]. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/pdfs/relatoriofinal.pdf>
- Lombardi MR, Campos VP. A enfermagem no Brasil e os contornos de gênero, raça/cor e classe social na formação do campo profissional. *Rev ABET*. 2018;17(1):28-46. <http://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2018v17n1.41162>.
- Donati L, Alves MJ, Camelo SHH. O perfil do estudante ingressante no curso de graduação em enfermagem de uma faculdade privada. *Rev Enferm UERJ*. 2010;18(3):446-50.
- Mullin EM, Hutchinson JC, Mellano KT, Bird JM, Karageorghis CI. Impact of COVID-19 restrictions on mental health and physical activity among LGBQAP and heterosexual adults. *J Gay Lesbian Ment Health*. 2021;26(3):289-306. <http://doi.org/10.1080/19359705.2021.1995097>.
- Runkle JD, Yadav S, Kurt M, Green S, Weiser J, Sugg MM. Crisis response and suicidal patterns in U.S. youth before and during COVID-19: a latent class analysis. *J Adolesc Health*. 2022;70(1):48-56. <http://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2021.10.003>. PMID:34930569.
- Scroggs B, Love HA, Torgerson C. COVID-19 and LGBTQ emerging adults: risk in the face of social distancing. *Emerg Adulthood*. 2020;9(5):639-44. <http://doi.org/10.1177/2167696820968699>.
- Crepaldi MA, Schmidt B, Noal DS, Bolze SDA, Gabarra LM. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. *Estud Psicol*. 2020;37. <http://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>.
- Sant'Ana G, Silva CD, Vasconcelos MB. Espiritualidade e a pandemia da COVID-19: um estudo bibliográfico. *Com Cienc Saude*. 2020;31(3):71-7. <https://doi.org/10.51723/ccs.v31i03.726>.
- Lourenço AE, Slomp Jr H, Souza IL, Amaral IBST, Coelho KSC, Cruz KT et al. Trajetória da atenção à saúde em Macaé: desafios e perspectivas. In: Silva SRA, Meynardo R, organizadores. Macaé, do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé; 2019. p. 386-96.
- Manzan JS, Oliveira MC, Melo-Silva LL. Trajetórias de estudantes cotistas para o ingresso numa universidade pública brasileira. *Psicol Estud*. 2023;28:e52127. <http://doi.org/10.4025/psicoestud.v28i0.52127>.
- Santos JRJ. Juventude, universidade e conhecimento: o agir prático das juventudes nos fazeres da universidade [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2016.
- Mello L, Gonçalves E. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. *Rev Cronos*. 2010;11(2):163-73.